LEI COMPLEMENTAR Nº. 57/2012

“Cria o Centro de Referência Especializada de Assistência Social - CREAS, e dá outras providências”

O Povo do Município de Carmo do Cajuru, por seus representantes, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado, no âmbito do Município de Carmo do Cajuru e integrado à Secretaria Municipal de Promoção Social e Defesa Civil, o Centro de Referência Especializada de Assistência Social - CREAS, unidade administrativa responsável pelo atendimento à população, destinada à prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontrem em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial.

Parágrafo único. O atendimento psicossocial opera-se na proteção imediata à vítima e ao seu núcleo familiar, prevenindo a continuidade da violação de direitos, com atendimento técnico especializado, como também providências no tocante à responsabilização.

Art. 2º O Centro de Referência Especializada de Assistência Social - CREAS deve ofertar atenções na ocorrência de situações de risco pessoal e social por ocorrência de negligência, abandono, ameaças, maus-tratos, violência física/psicológica/sexual, discriminações sociais e restrições à plena vida com autonomia e exercício de capacidades, prestando atendimento prioritário a crianças, adolescentes e suas famílias nas seguintes situações:

- I. crianças e adolescentes vítimas de abuso e exploração sexual;
- II. crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica (violência física, psicológica, sexual, negligência);
- III. famílias inseridas no programa de erradicação do trabalho infantil que apresentem dificuldades no cumprimento das condicionalidades;
- IV. crianças e adolescentes em situação de mendicância;
- V. crianças e adolescentes que estejam sob “medida de proteção” ou “medida pertinente aos pais ou responsáveis”;
- VI. crianças e adolescentes em cumprimento da medida de proteção em abrigo ou família acolhedora, e após o cumprimento da medida, quando necessário suporte à reinserção sociofamiliar;
- VII. adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida e de prestação de serviços à comunidade;

VIII. adolescentes e jovens após cumprimento de medida socioeducativa de internação estrita, quando necessário suporte à reinserção sociofamiliar.

Art. 3º A assistência prestada pelo CREAS criado por esta Lei inclui as seguintes atividades:

I. referenciamento e encaminhamento de situações de violação de direitos, vitimizações e agressões a crianças e adolescentes;

II. acolhida e escuta individual voltada para a identificação de necessidades de indivíduos e famílias;

III. produção de materiais educativos como suporte aos serviços;

IV. realização de cursos de capacitação para equipes multiprofissionais;

V. acompanhamento e controle da efetividade dos encaminhamentos realizados;

VI. realização de visitas domiciliares;

VII. atendimento sócio-familiar;

VIII. atendimento psicossocial individual e em grupos de usuários e suas famílias, inclusive com orientação jurídico-social em casos de ameaça ou violação de direitos individuais e coletivos;

IX. monitoramento da presença do trabalho infantil e das diversas formas de negligência, abuso e exploração, mediante abordagem de agentes institucionais em vias públicas e locais identificados pela existência de situações de risco.

Art. 4º Ficam criadas as funções públicas de Coordenador, Assistente Social; Psicólogo; Advogado e Auxiliar Administrativo que integrarão o quadro de pessoal do CREAS e existirão única e exclusivamente na vigência do Convênio.

Parágrafo único. O quadro de pessoal do CREAS do Município de Carmo do Cajuru constitui-se das funções públicas, número de vagas, carga horária, vencimentos, requisitos mínimos de escolaridade e atribuições funcionais, distribuídos nos seguintes anexos:

a) Anexo I – Funções Públicas, número de vagas, carga horária, vencimentos e requisitos mínimos de escolaridade;

b) Anexo II – Descrição das atribuições funcionais.

Art. 5º O Contrato Administrativo, mediante Processo Seletivo Público, terá vigência enquanto durar o Convênio.

Art. 6º O Contrato Administrativo não cria vínculo empregatício permanente, e o contratado não é considerado servidor público.

Art. 7º A despesa criada por esta Lei não afetará as metas de resultados fiscais previstas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias e a estimativa de impacto orçamentário e financeiro passa a fazer parte integrante desta Lei, conforme Anexo III.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Carmo do Cajuru, 17 de outubro de 2012.

Geraldo César da Silva
Prefeito Municipal

ANEXO I
FUNÇÕES PÚBLICAS, NÚMERO DE VAGAS, CARGA HORÁRIA, SALÁRIO
E REQUISITOS MÍNIMOS DE ESCOLARIDADE

FUNÇÃO PÚBLICA	Nº VAGAS	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO (R\$)	REQUISITOS MÍNIMOS DE ESCOLARIDADE
COORDENADOR/CREAS	01	40	R\$ 1862,80	ENSINO SUPERIOR/HABILITADO *
ADVOGADO/CREAS	01	20	R\$ 994,21	ENSINO SUPERIOR/HABILITADO
ASSISTENTE SOCIAL/CREAS	01	30	R\$ 1882,80	ENSINO SUPERIOR/HABILITADO
PSICÓLOGO/CREAS	01	40	R\$ 2510,51	ENSINO SUPERIOR/HABILITADO
AUXILIARES ADMINISTRATIVOS/CREAS	02	40	R\$ 622,00	ENSINO MÉDIO COMPLETO

* Ensino Superior nas áreas de Assistência Social, Pedagogia ou Psicologia;

ANEXO II

DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES FUNCIONAIS

1. COORDENADOR DO CREAS

- I. articular o processo de implantação, execução, monitoramento, registro e avaliação das ações, usuários e serviços;
- II. coordenar o planejamento e a execução das ações e dos serviços ofertados no CREAS;
- III. coordenar as atividades de monitoramento, registro e avaliação das ações do CREAS;
- IV. definir, com os profissionais, critérios de inclusão, acompanhamento e desligamento das famílias;
- V. definir, com os profissionais, o fluxo de entrada, acompanhamento, monitoramento, avaliação e desligamento das famílias;
- VI. definir, com a equipe técnica, os instrumentos de trabalho com famílias, grupos de famílias e comunidade, buscando o fortalecimento teórico e metodológico do trabalho desenvolvido;
- VII. fazer a acolhida dos usuários;
- VIII. monitorar mensalmente as ações, de acordo com as diretrizes do programa, instrumentos e indicadores escolhidos para orientar as ações e promover a sua eficácia;
- IX. coordenar a equipe técnica, assegurando o bom andamento dos atendimentos;
- X. realizar reuniões periódicas com os profissionais e eventuais estagiários para discussão dos casos, avaliação das atividades desenvolvidas e dos serviços ofertados, dentre outras análises;
- XI. avaliar sistematicamente, com a equipe de referência, a eficácia, eficiência e os impactos dos programas, serviços e projetos executados;
- XII. planejar e dar sustentabilidade aos programas, projetos e serviços socioeducativos;
- XIII. articular a rede socioassistencial do Município;
- XIV. participar da organização do serviço e zelar pela integração entre o CREAS e a Secretaria Municipal de Promoção Social e Defesa Civil;
- XV. solicitar os recursos necessários para o desempenho das atividades desenvolvidas no CREAS;
- XVI. fornecer dados e informações para o gerenciamento do Sistema da Assistência no município;
- XVII. providenciar e participar de capacitações para a equipe técnica;
- XVIII. realizar reuniões periódicas com a equipe interna, bem como promover o intercâmbio com o CRAS do município;
- XIX. realizar outras atividades correlatas ao cargo, quando requeridas por sua chefia imediata.

2. ADVOGADO - CREAS

- I. dar suporte jurídico aos atendimentos do CREAS;
- II. prestar orientação jurídico-social;
- III. conhecer a legislação referente à política de Assistência Social, direitos socioassistenciais, políticas públicas e órgãos de defesa de direitos;
- IV. conhecer e possuir habilidades e domínio metodológico necessários ao desenvolvimento de trabalho social com famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos (atendimento individual, familiar e em grupo);
- V. conhecer e ter experiência de trabalho em equipe interdisciplinar, trabalho em rede e atendimento a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos;
- VI. elaborar, junto com as famílias/indivíduos, do Plano de acompanhamento Individual e/ou Familiar, considerando as especificidades e particularidades de cada um;
- VII. realizar de acompanhamento especializado, por meio de atendimentos familiar, individuais e em grupo;
- VIII. realizar de visitas domiciliares às famílias acompanhadas pelo CREAS, quando necessário;
- IX. realizar de encaminhamentos monitorados para a rede socioassistencial, demais políticas públicas setoriais e órgãos de defesa de direito;
- X. trabalho em equipe interdisciplinar;
- XI. alimentar os registros e sistemas de informação sobre das ações desenvolvidas;
- XII. participar nas atividades de planejamento, monitoramento e avaliação dos processos de trabalho;
- XIII. participar das atividades de capacitação e formação continuada da equipe do CREAS, reuniões de equipe, estudos de casos, e demais atividades correlatas;
- XIV. participar de reuniões para avaliação das ações e resultados atingidos e para planejamento das ações a serem desenvolvidas; para a definição de fluxos; instituição de rotina de atendimento e acompanhamento dos usuários; organização dos encaminhamentos, fluxos de informações e procedimentos.
- XV. conhecer e habilidade para escuta qualificada das famílias/indivíduos;
- XVI. apoiar e esclarecer os direitos do cidadão, da mulher, do idoso, da criança e do adolescente;
- XVII. promover a responsabilização de agressores familiares, encaminhando cada caso aos órgãos competentes.

3. ASSISTENTE SOCIAL - CREAS

- I. garantir o planejamento das ações a serem executadas, observando o mapeamento/ pré-diagnóstico realizado para execução das ações de abordagem de rua;
- II. contribuir para a implementação das ações da unidade;
- III. promover abordagem junto aos usuários de forma a esclarecê-los quanto à natureza da intervenção do CREAS no tocante a proteção social especial, visando à segurança de sobrevivência, de acolhida, convívio e vivência familiar;
- IV. assessorar e subsidiar teórico-metodologicamente o trabalho realizado pelos agentes sociais;
- V. realizar visitas domiciliares;
- VI. prestar atendimento socioassistencial individual e/ou grupal aos usuários em risco social do CREAS;
- VII. participar de reuniões subsidiando a elaboração de propostas de trabalhos; elaborar plano de intervenção junto aos usuários atendidos na unidade, bem como o acompanhamento das intervenções realizadas;
- VIII. acompanhar os encaminhamentos realizados de modo a garantir atendimento integral e de qualidade ao usuário;
- IX. elaborar relatórios circunstanciados acerca da denúncias de violação de direitos recebidas, e encaminhá-los para órgãos pertinentes e ao sistema de defesa de garantia de direitos no âmbito estadual, quando for o caso;
- X. garantir a plena informação e discussão sobre os serviços e projetos do CREAS e da rede de serviços socioassistenciais, respeitando as decisões dos usuários de forma a promover sua proteção social especial;
- XI. proceder à articulação com outras instituições objetivando viabilizar o atendimento dos usuários;
- XII. discutir e elaborar conjuntamente com os outros técnicos, estudos de casos e relatórios socioassistenciais;
- XIII. elaborar e encaminhar ao Conselho Tutelar, relatórios técnicos com informações sobre a violação de direitos dos usuários e/ou para subsidiar decisões sociojurídicas, quando necessários;
- XIV. proceder a registros de dados dos atendimentos realizados para fins de sinopse estatística da unidade;
- XV. realizar outras atividades pertinentes ao cargo, quando requeridas por sua chefia imediata.

4. PSICÓLOGO - CREAS

- I. acolher, ofertar informações e realizar encaminhamentos às famílias usuárias do CREAS;
- II. mediar os processos grupais do serviço socioeducativo para famílias;
- III. realizar atendimento individualizado e visitas domiciliares as famílias beneficiárias do CREAS;

- IV. desenvolver atividades coletivas e comunitárias no território;
- V. assessorar os serviços socioeducativos desenvolvidos no território;
- VI. acompanhar as famílias em descumprimento de condicionalidades;
- VII. alimentar o sistema de informação, registrar as ações desenvolvidas e planejar o trabalho de forma coletiva;
- VIII. articular ações que potencializem as boas experiências no território de abrangência;
- IX. realizar outras atividades pertinentes ao cargo, quando requeridas por sua chefia imediata.

5. AUXILIAR ADMINISTRATIVO - CREAS

- I. recepcionar e ofertar informações às famílias usuárias do CRAS;
- II. apoiar o trabalho dos técnicos de nível superior da equipe de referência do CREAS;
- III. mediar os processos grupais do serviço socioeducativo geracional, sob orientação do técnico de referência do CREAS, identificando e encaminhando casos para o serviço socioeducativo para famílias ou para acompanhamento individualizado;
- IV. participar de reuniões sistemáticas de planejamento e avaliação do processo de trabalho com a equipe de referência do CREAS;
- V. participar das atividades de capacitação da equipe de referência do CREAS;
- VI. executar outras atribuições inerentes ao cargo ou que forem determinadas pela chefia imediata.